

2ª REGIÃO

ATO Nº 9, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar o quadro "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2010 a abril de 2011.

Des. NELSON NAZAR

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.391.377	6.404	1.397.781
Pessoal Ativo	951.622	5.658	957.280
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	10.830	-	10.830
Demais Despesas com Pessoal Ativo	940.792	5.658	946.450
Pessoal Inativo e Pensionistas	439.755	746	440.501
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	357	-	357
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	439.398	746	440.144
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	511.354	5.133	516.487
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.830	-	10.830
Despesas de Exercícios Anteriores	67.643	5.133	72.776
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	432.881	-	432.881
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	880.023	1.271	881.294

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,167822%	0,000242%	0,168064%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,365117%		1.914.599
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,346861%		1.818.869

FONTE: SIAFI e SCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) No item "Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", foram consideradas as despesas com:

a) Precatórios da Administração Direta, classificadas no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 8.443 (em milhares), e

b) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item 33190.91.06, no montante de R\$ 2.387 (em milhares).

4) Na despesa com Pessoal, não foi considerado o montante de R\$ 679 (em milhares), referente aos Precatórios da Administração Indireta, classificado no item de despesa 33190.91.07, tendo em vista o disposto na Portaria nº 575/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

NELSON NAZAR
 Desembargador Presidente do TRT 2ª Região

NIVALDO CATANIA
 Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

LUÍS ALBERTO DAGUANO
 Diretor Geral da Administração

RITA KOTOMI YURI
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 41, DE 25 DE MAIO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2011, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. EDUARDO AUGUSTO LOBATO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2010 A ABRIL/2011
 RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") - R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em restos a pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.173.878	22.845	1.196.723
Pessoal Ativo	830.243	20.176	850.419
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	5	0	5
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	6.309	2.661	8.700
Demais Despesas com Pessoal Ativo	824.199	17.515	841.714
Pessoal Inativo e Pensionistas	343.635	2.669	346.304
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	413	0	413
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	343.222	2.669	345.891
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	470.616	22.532	493.148
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6.044	2.661	8.705

Despesas de Exercícios Anteriores	128.056	17.298	145.354
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	336.516	2.573	339.089
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	703.262	313	703.575
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV)*100	0,134113%	0,000060%	0,134173%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)<%> 0,334678%			1.754.983
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)<%> 0,317944%			1.667.234

FONTE: SIAFI 2010/2011 - TRT3/DSAOC/SRCA

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) No item "Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)", o valor de R\$ 1.421 (em milhares de reais) refere-se a Precatórios e o de R\$ 7.279 (em milhares de reais) refere-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV).

4) Este Regional executou, em milhares de reais, R\$ 293 referente a Precatórios da Administração Indireta - Autarquias e Fundações, que recebeu através de destaque no orçamento e que, neste relatório, não estão incluídos na despesa com pessoal.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art.54, III, parágrafo único da LRF)

EDUARDO AUGUSTO LOBATO
 Desembargador-Presidente do TRT da 3ª Região

LINA MARIA PINTO GONÇALVES
 Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES
 Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

ANA RITA GONÇALVES LARA
 Chefe do Núcleo de Controle Interno